

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.962 - MG (2018/0315548-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **VIVIANE MOREIRA NEVES**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
INTERES. : **JAIRO GOMES DE OLIVEIRA**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em 26/07/2018, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. AUSÊNCIA DE PROTOCOLO DO RECURSO DE APELAÇÃO. FALTA DE PRESSUPOSTO. IRREGULARIDADE QUE INDUZ AO NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

- Não pode ser admitido o recurso irregularmente interposto pelo 'Parquet', em virtude da ausência de protocolo, pois, mesmo nos tempos atuais, em que devem ser prestigiados os princípios da efetividade e da celeridade, não há como ser dispensado ao Ministério Público tratamento processual diferenciado, devendo este atentar aos deveres dispostos na legislação, sob pena de violação aos princípios da isonomia e da segurança jurídica, sem que isso configure formalismo exacerbado" (fl. 150e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 159/165e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. REJEIÇÃO.

- Nos embargos de declaração, a parte deverá demonstrar a existência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sob pena de rejeição do recurso" (fl. 172e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 106 da LC 34/94, 178 e 277 do CPC/2015, sob seguintes fundamentos: a) "sendo possível aferir com segurança a tempestividade do recurso, a ausência de ato formal de protocolo deve ser tida como mera irregularidade, não constituindo óbice ao recebimento do apelo" (fl. 186e); b) a Apelação é tempestiva.

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 192/196e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 198/199e).

A irresignação não merece conhecimento.

Inicialmente, cabe destacar que o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor dos arts 178 e 277 do CPC/2015. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal a quo").

Por outro lado, acerca da controvérsia, constou do acórdão recorrido:

"Com a devida vênia, entendo que a decisão monocrática não está a merecer reparos, porquanto o recurso de apelação, efetivamente, apresentou-se desacompanhado do comprovante de protocolo.

Segundo a sistemática processual, o recurso deverá, necessariamente, ser protocolizado em cartório ou segundo a norma de organização judiciária (artigo 1.003, §3º, do CPC).

Conforme se infere dos autos, o recurso de apelação de fls. 43/51 foi encartado diretamente nos autos, não tendo sido realizado seu protocolo no setor competente da Comarca de Origem.

(...)

Destaca-se, ainda, que, mesmo nos tempos atuais, em que devem ser prestigiados os princípios da efetividade e da celeridade, não há como ser dispensado ao Ministério Público tratamento processual diferenciado e privilegiado, devendo este atentar aos deveres dispostos na legislação, sob pena de violação aos princípios da isonomia e da segurança jurídica, sem que isso configure formalismo exacerbado.

Acrescente-se, ainda, que a ausência de protocolo impossibilita a fiscalização da regularidade do ato processual pela parte contrária e desigualdade de tratamento entre as partes.

(...)

Desse modo, constata-se que o ora agravante deixou de observar a formalidade exigida para o ato processual quando da interposição do recurso de apelação, razão pela qual não havia como se conhecer de tal recurso" (fls. 151/154e).

Desse modo, a modificação das conclusões do Tribunal de origem, quanto à impossibilidade de aferição da tempestividade do recurso de Apelação, e acolhida da pretensão recursal no sentido de que o recurso foi interposto dentro do prazo, demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Sinale-se, por fim, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora